INFORME

APUBH

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE BELO HORIZONTE
Nº 55 – 16/6/86

AS DECISÕES DA ASSEMBLÉIA GERAL DOS PROFESSORES

Os professores da UFMG realizaram assembléia geral no último dia 11, no auditório da FAFICH, com objetivo de deliberar sobre a seguinte pauta: avaliação da audiência ANDES/MEC; indicativo de greve; e discussão de temário e escolha de delegado para o XIII CONAD. O plenário decidiu discutir também a não homologação, pelo Colégio Eleitoral, do resultado da eleição de vice-reitor, questão que foi colocada como primeiro ponto da pauta.

Os professores decidiram divulgar uma carta aberta de protesto que será enviada ao Reitor, aos membros do Colégio Eleitoral e à comunidade acadêmica contra a atitude daquele colegiado. A diretoria da APUBH foi autorizada a agir de todas as formas viáveis para garantir a indicação ao candidato mais votado pela comunidade. Foi também aprovada proposta de se abrir um processo de discussão sobre a questão da escolha de dirigentes na Universidade (eleição direta ou não, paridade ou não etc.), tomando-se como base a avaliação das eleições de reitor e vice-reitor. Nesse sentido, deliberou-se que a matéria deverá constar da pauta da próxima reunião do Conselho de Representantes da APUBH, para que seja elaborado um calendário de atividades.

Em seguida, foi apresentado relato da audiência que a ANDES manteve com o MEC no dia 5 desse mês, pelo professor Luiz Pompeu de Campos, que a ela esteve presente.

Em sua avaliação, o professor Pompeu salientou que o atendimento das reivindicações dos docentes depende de uma série de fatores que têm demonstrado que sua obtenção não será fácil. Foi introduzida na discussão a questão do indicativo de greve – terceiro ponto da pauta. Dos debates, chegou-se à seguinte decisão: "Que a ANDES encaminhe um calendário de lutas, visando uma mobilização massiva que una as autarquias e fundações, procurando esgotar todas as formas de diálogo com o MEC, usando, inclusive, o indicativo de greve como forma de culminar as lutas, caso não se alcance os objetivos do movimento".

A discussão dos temas do XIII CONAD, por decisão da assembléia, será feita em reunião do Conselho de Representantes, convocada para esta semana, e que contará com a presença do delegado da APUBH ao CONAD. A assembléia escolheu, para representar a entidade no CONAD, o professor Tarcísio Ferreira e decidiu enviar, como observadora, a professora Rosângela Carrusca Alvim.

CONSELHO DE REPRESENTANTES

O Conselho de Representantes da APUBH se reunirá na próxima quarta-feira, dia 18, no auditório da FAFICH, com a seguinte pauta:

– Discussão dos temas do XIII CONAD; e

– Abertura da discussão dos processos de eleição de dirigentes da UFMG.

A reunião será aberta a todos os professores interessados.

VICE-REITOR: COLÉGIO ELEITORAL NÃO HOMOLOGA VONTADE DA COMUNIDADE

O nome do professor Carlo Américo Fattini, eleito pela comunidade da UFMG, no último dia 3, para o cargo de vice-reitor, não foi homologado como primeiro da lista sêxtupla pelo Colégio Eleitoral. Ao contrário, seu nome figura em sexto lugar naquela lista. Fattini obteve, na eleição da comunidade, o total de 11.935 pontos contra 8.997 obtidos pelo professor Jarbas Bruno, já considerada no resultado a ponderação dos votos.

Segundo informações oficiais da Reitoria, a eleição registrou comparecimento de 27,85% do total de eleitores. De um total de 25.964 eleitores, compareceram às urnas 7.231. Os votos nulos e brancos, por cabeça, somam 945.

Na reunião do Colégio Eleitoral, realizada no dia 6, foram necessários quatro escrutínios para a composição da lista sêxtupla, sendo que no primeiro deles nenhum dos candidatos obteve os votos necessários para encabeçar a lista. O resultado final é o seguinte: 1 — Jarbas Bruno — 42 votos (eleito no 2º escrutínio); 2 — Manoel Lopes de Siqueira — 44 votos (3º escrutínio); 3 — Júlio Anselmo de Souza Neto — 42 votos (3º escrutínio); 4 — Alfredo Alves de Oliveira Melo — 46 votos (4º escrutínio); 5 — Moema Almeida de Siqueira — 45 votos (4º escrutínio); 6 — Carlo Américo Fattini — 44 votos (4º escrutínio).

A ASSUFEMG e o DCE emitiram nota de protesto contra a decisão do Colégio Eleitoral e pretendem lutar para anular a votação naquele colegiado.

A assembléia dos professores decidiu divulgar carta aberta à comunidade acadêmica, repudiando a atitude do Colégio Eleitoral. Na carta, os professores salientam que "colocando em sexto lugar o mais votado, o Colégio Eleitoral desrespeitou normas que ele mesmo havia estabelecido, comprometendo, desse modo, o processo democrático de escolha de dirigentes da Universidade, que, a duras penas, vem sendo conquistado pela comunidade universitária de todo o País". Os docentes lembram ainda que "não é a primeira vez que isso acontece, pois na escolha do atual reitor, o Colégio Eleitoral alterou a lista eleita pela comunidade". Finalizando, "reforçam sua convicção de que a escolha dos dirigentes universitários sejas feita através do voto direto dos membros da comunidade, sem interferência de qualquer outro poder dentro ou fora da Universidade".

A NOVA DIRETORIA DA ANDES

A nova diretoria da ANDES, que tomará posse no próximo dia 20, na solenidade de abertura do XIII CONAD, em São Paulo, é presidida pelo prof. Newton Lima Neto, da Universidade Federal de São Carlos, e composta pelos seguintes membros: Sydney Solis (1º Vice-Presidente); Luiz Pompeu de Campos (2º Vice-Presidente); Oswaldo de Oliveira Maciel (Suplente da Presidência); Márcio Antônio de Oliveira (Secretário-Geral); Antônio Ibanez Ruiz (1º Secretário); Pedro Antônio Cecato (2º Secretário); Marco Antônio N. Pereira (Suplente da Secretaria); Ari Vicente Fernandes (1º Tesoureiro); Renato de Oliveira (2º Tesoureiro); Ildeo Castro Moreira (Suplente da Tesouraria).

Os vice-presidentes das Regionais e respectivos suplentes são: Regional Leste — Benedito Tadeu César e Tarcísio Ferreira; Norte — Silvério de Almeida Tundis e Zélia Amador de Deus; Nordeste I — Antônio de Pádua Rodrigues e José da Rocha Furtado Filho; Nordeste II — Rubens Pinto Lyra e Maria Bernadete de Oliveira; Nordeste III — Sofia Olszewski Filha e Rita de Cássia da Silva Olivieri; Rio de Janeiro — Míriam Limoeiro Cardoso e Cibeli Reynaud; São Paulo — Sílvia Helena Simões Borelli e Francisco Miráglia; Centro-Oeste — Sidney Valadares Pimentel e José Francisco Viana; Sul — Anibal Sanches Moura e José Gonçalves Medeiros; Rio Grande do Sul — Florismar Oliveira Thomaz e Edson Nunes de Morais.

ISONOMIA SÓ COM PRESSÃO, GARANTE ANDES

Em audiência concedida à ANDES, no último dia 5, o ministro da Educação, Jorge Bornhausen, informou que já encaminhou à SEPLAN o levantamento financeiro feito pelo MEC dos custos da concessão às universidades federais autárquicas de isonomia salarial com as fundações. O custo será de Cz$ 90 milhões mensais, para pagamento aos professores, e Cz$ 191 milhões mensais para pagamento aos funcionários.

Bornhausen adiantou também os ●ores de outras necessidades financeiras encaminhadas à SEPLAN. Para despesas com suplementação de verbas e horas extras, foi solicitado o montante de Cz$1 bilhão; para contratação de professores (em número de 500) e de funcionários (também 500), Cz$88 bilhões; para gastos normais com pessoal, Cz$3.610 milhões; para "outros custeios e capital", Cz$1,22 bilhão; para investimentos em campi, Cz$436 milhões, e para hospitais universitários, Cz$169 milhões.

Os pedidos estão sendo estudados pela SEPLAN, que se reunirá com o MEC na segunda quinzena deste mês, para informá-lo sobre o andamento dos estudos. Os recursos que o MEC espera obter para tais gastos são provenientes do excesso de arrecadação de 1986, de recursos do Finsocial e do excesso de arrecadação de 1985 não utilizado devido a não aplicação ● emenda João Calmon.

Outros pontos tratados na audiência foram a reforma universitária, o decreto que proíbe contratação de pessoal, o plano de cargos e salários das fundações e a situação da Universidade Federal de São Carlos (veja matéria neste Informe).

Com relação à reestruturação da Universidade, o Secretário-Geral do MEC, Aloísio Sotero, confirmou que o Grupo Executivo da Reforma do Ensino Superior (GERES) aguarda contribuição da ANDES sobre o assunto. O ministro Bornhausen disse que, devido ao momento eleitoral, dificilmente haverá tempo para a aprovação de projetos de lei relativos à reforma universitária, devendo as questões a esse respeito serem remetidas à Constituinte.

Sobre a retirada das Universidades do decreto que proíbe a contratação de pessoal, reivindicada pela ANDES, Aloísio Sotero ficou de dar uma resposta à entidade ainda nesta semana.

Os pontos que ainda estão por ser acertados com relação à implantação da isonomia salarial entre as fundações, levados pela ANDES à audiência, foram encaminhados para reunião marcada para o dia 10 com participação do MEC, ANDES, FASUBRA e CRUB.

Avaliação da ANDES

A definição do custo da concessão da isonomia salarial com as fundações para as universidades autárquicas e o envio da planilha de custos à SEPLAN foram considerados pela ANDES como pontos positivos no avanço das negociações com o MEC. No entanto, foi tomado como limitação o fato de o MEC depender de outros organismos do governo para atender à reivindicação dos docentes.

Segundo o professor Sadi dal Rosso, suplente da presidência da ANDES, uma análise do volume de recursos solicitados pelo MEC para implantação da isonomia e a observação dos valores necessários para a suplementação de verbas, leva à conclusão de que a isonomia só será alcançada com muita pressão, pois o governo tentará atender ao pedido de suplementação e protelar a isonomia.

A ANDES solicitou ao Ministro que adiante pontos da evolução das negociações junto à SEPLAN antes do dia 20 deste mês, data da abertura do XIII CONAD. O Ministro se prontificou a atendê-la e marcou nova audiência com a entidade para o próximo dia 19.

NOVA POLÍTICA PARA A EDUCAÇÃO É DEBATIDA NA UFMG

A política de reformulação do ensino superior brasileiro foi o tema do debate realizado no último dia 10, na FAFICH, às 20 h, numa promoção conjunta da APUBH e daquela unidade da UFMG. Os expositores foram os professores Antônio Octávio Cintra, presidente do Grupo Executivo da Reformulação do Ensino Superior (GERES), e Sérgio da Costa Ribeiro, membro do GERES e coordenador do Programa de Avaliação da Reforma Universitária (PARU). Presentes também à mesa o reitor Cid Veloso, que presidiu os trabalhos, e os professores Celson José da Silva, diretor da FAFICH, e Fernando Damata Pimentel, vice-presidente da APUBH.

Antônio Cintra iniciou sua exposição esclarecendo que o GERES foi constituído com a função de extrair do documento "Uma nova política para educação superior brasileira", da "Comissão de Alto Nível" propostas que, dado o caráter mais consensual, pudessem se transformar em medidas legislativas ou em medidas administrativas, visando a melhoria da educação superior. Os principais pontos destacados pelo GERES no documento são os que dizem respeito a mudanças na legislação do ensino superior (principalmente na lei 5.540, considerada instrumento inadequado para reger a Universidade), os problemas relativos ao CFE, à avaliação de desempenho e à questão da autonomia e gestão universitárias.

A idéia da autonomia universitária é a essência do documento da comissão. Antônio Cintra afirmou que a postura do governo com relação à autonomia das IES públicas deverá ser modificada substancialmente, mas acha necessário se estabebelecer critérios para prestação de contas, por parte da universidade, de sua responsabilidade social. Nesse sentido, vincula à concessão da automonia a adoção de uma sistemática de avaliação do desempenho da instituição. "O governo não abdicaria de cobrar da universidade resultados, uma vez que a idéia correlata à concessão de maior autonomia é a de responsabilidade social", frisou o presidente do GERES.

Para o professor Sérgio Ribeiro, o documento não pode ser transformado num instrumento de política do MEC, e o vê como mais um subsídio à discussão da Universidade, assim como o são as contribuições da ANDES e do PARU.

Sérgio disse que o papel do GERES é o de absorver as diversas contribuições para a reformulação do ensino superior, de modo a instrumentalizar o MEC para assessorar a própria comunidade, em relação às demandas da educação. Com relação à questão da avaliação, ponto destacado no documento, ele criticou a idéia "difundida por aí" de que o processo de avaliação que o governo pretende estabelecer venha a ser usado como critério para alocação de recursos nas instituições, afirmando que não há nenhuma conexão entre uma idéia e outra.

O debate

Em nome de um grupo formado no âmbito da FAFICH para analisar o relatório da "Comissão de Alto Nível", a professora Maria Aparecida Andrés Ribeiro apresentou aos expositores uma série de questões formuladas pelo grupo, dentre as quais se destacaram a necessidade de maior explicitação da competência do GERES, o tipo de sugestões e críticas que têm sido enviadas ao MEC, a relação entre a proposta da comissão e o Programa Nova Universidade, as medidas que estão sendo tomadas com relação à avaliação de desempenho proposta pelo documento, a questão da regionalização e estadualização das universidades, e sobre a criação de quadro especial para os servidores das IES.

Em resposta às indagações, Antônio Cintra disse que a competência do GERES, inicialmente fixada, foi no sentido de informar ao MEC sobre o tipo de propostas do documento que seriam operativas, que grau de consenso elas encontrariam na comunidade e quais propostas seriam nucleares para a formulação de uma nova política do MEC para a Universidade.

Destacou como exemplo de propostas consensuais as que dizem respeito à autonomia da universidade e à necessidade de uma sistemática para avaliação. Quanto à carreira e à lei orgânica da administração federal, afirmou que os estudos correm por conta do Ministério da Administração, e salientou a necessidade de as universidades se manifestarem sobre a legislação adequada para a definição do ente universidade, adiantando que a tendência é a de opção, da parte do governo, por um ente específico que não seria nem fundação nem autarquia. O GERES não está tratando dessas questões, mas a extensão do prazo dos trabalhos, já assegurada junto ao Ministro da Educação, permitirá ao Grupo discutir também esses pontos.

Outro ponto que vem sendo discutido, é a reformulação do Conselho Federal de Educação, que poderá se tornar mais eficaz com a redução de suas atribuições. Sobre a idéia de estadualização e regionalização das universidades federais, Antônio Cintra crê que a hipótese carece, no momento, de viabilidade, mesmo porque a maioria dos Estados não teria condições de arcar com a sustenção das IES.

Também respondendo às indagações do grupo da FAFICH, Sérgio Ribeiro admitiu como boa a idéia de se publicar as sugestões e críticas que o Ministério tem recebido acerca do documento da comissão. Para ele, o Programa Nova Universidade não tem nada a ver com o trabalho da Comissão, mas sim com o empenho do ex-ministro da Educação Marco Maciel, em aumentar o volume de recursos destinados à Universidade. Anunciou a cifra desse aumento, espantosos 196%, valor já deflacionado, só no período entre 84 e 85. Questionado pelo professor Fernando Pimentel sobre esse dado, ele informou que a UFMG foi uma das universidades que menos recebeu recursos no período. Manifestando sua "impressão de que qualquer coisa acima disso poderia provocar distorções sérias de como se alocar esses recursos na Universidade", Sérgio disse que a solução foi solicitar às IES o envio de projetos ligados à melhoria do ensino de graduação, de infra-estrutura, bibliotecas, informática etc., para os quais os recursos seriam destinados através do "Nova Universidade".

Quanto a avalição de desempenho, disse que não basta que ela vise apenas o desempenho dos cursos, mas a instituição como um todo.

O professor José de Anchieta Corrêa questionou o modo como o MEC conduz o Programa Nova Universidade, com uma política que retira do ensino superior a condição de gerir seus próprios projetos, fazendo-o precariamente. Anchieta considerou um insulto a insinuação de que seria malbaratado o aporte de recursos para as IES. Estão vinculadas, para ele, nessa política, todos os quesitos que o expositor cuidou de separar tais como autonomia, avaliação e aporte de recursos. Sérgio respondeu que há uma finalidade em se fazer avaliação, e uma poderia ser a alocação de recursos. Na opinião do Reitor Cid Veloso, a alocação de recursos deve ser feita a partir de uma política que considere não somente a avaliação de desempenho, mas também a necessidade de priorizar a melhoria de, por exemplo, cursos considerados precários.

Para a professora Maria Efigênia Lage, o Programa Nova Universidade é privilegiado para se pensar como não se faz política universitária.



MAIS UNIDADES ELEGEM DIRETORES

O **Instituto de Geociências** *também já escolheu, em eleição prévia, os nomes para diretor e vice daquela unidade. São, respectivamente, os professores Paulo Rogério Junqueira Alves e Carlos Magno Ribeiro. A Congregação homologou o resultado e completou a lista sêxtupla.*

Na **Arquitetura**, *o candidato mais votado na prévia foi o professor Luciano Amedée Peret. Ainda não teve início o processo de escolha do vice-diretor daquela unidade.*

Na **Educação Física**, *encabeçam as listas para diretor e vice os professores Alcione Raposo e Pedro Américo de S. Sobrinho, respectivamente. A eleição pela comunidade foi realizada em 19 de maio. O professor Alcione Raposo venceu a prévia nos segmentos de funcionários e professores. Na lista eleita pelos estudantes, venceu o professor Edson Pisani, ficando Alcione Raposo em segundo lugar.*

A **Faculdade de Letras** *realizou eleição nos dias 9 e 10, com apenas uma candidata a diretora, a professora Melânia Silva Aguiar, e uma candidata a vice, a professora Maria Lúcia Brandão Freire de Melo.*

Na **Escola de Biblioteconomia**, *a professora Marília Júnia de Almeida Gardini foi a mais votada pela comunidade, seguindo-se os nomes da professora Maria Cristina Melo Ferreira Pinto e do prof. Paulo da Terra Caldeira. Para o cargo de vice-diretor, apenas uma concorrente: prof.ª Maria Augusta da Nóbrega Cesarino.*

A **Faculdade de Medicina** *escolheu para diretor e vice, os professors Benedictus Philadelpho e Ênio Pietri Pedrosa, respectivamente. A Congregação se reúne no próximo dia 18, para homologar o resultado e completar a lista.*

Na **FACE**, *o mandato do diretor terminará somente em novembro deste ano. A Congregação decidiu que a eleição do substituto será realizada em setembro.*

No **ICEX**, *as eleições foram marcadas para o dia 16. Um grupo de professores decidiu encaminhar à Congregação da unidade uma proposta de adiamento, até que se defina a composição da nova Congregação, a qual então se incumbirá de encaminhar o processo de escolha do diretor.*

As demais unidades escolheram os seguintes professores para os cargos de diretor e vice-diretor, respectivamente: **Belas Artes** – *Mário Lúcio Zavagli, para diretor;* **Faculdade de Educação** – *Glaura Vasques de Miranda e Rita Amélia Teixeira Vilela;* **Direito** – *Washington Peluso Albino de Souza e Joaquim Carlos Salgado;* **Farmácia** – *Geraldo Hélio Coelho e Lúcia Lopes Teixeira Pinto;* **FAFICH** – *Paulo Roberto Saturnino Figueiredo e Júlio Miranda Mourão;* **ICB** – *Layr Aguilar Rennó, para diretor;* **Engenharia** – *Ênio Medeiros Cunha e Ricardo Nicolau Nassar Kouri;* **Enfermagem** – *Alcinéa Eustáquia Costa e Maria Sino;* **Música** – *Sandra Loureiro de Freitas e Tânia M. Lopes Cançado;* **Odontologia** – *Edgar Carvalho da Silva e Paulo dos Reis Corrêa; e* **Veterinária** – *Paulo Roberto Carneiro e José Aílton da Silva.*

A lista contempla apenas os mais votados pela comunidade. Em algumas unidades, não foi ainda iniciado o processo de escolha de vice-diretor.



CURADORES QUERIAM INTERVENÇÃO EM SÃO CARLOS

Por discordar da decisão do reitor da Universidade de São Carlos (SP), Munir Rachid, de demitir – por justa causa – quatro funcionários, o Conselho de Curadores daquela instituição decidiu, em abril passado, pedir intervenção do MEC na Universidade para que se pudesse "restaurar o princípio de autoridade".

Os funcionários foram demitidos após conclusão de comissão de inquérito que provocou o envolvimento deles e em desvio de alimentos do restaurante universitário entre 1981 e 1984. Entre os demitidos está o assessor especial do Conselho de Curadores e vereador pelo PDS em São Carlos, José Fernando Porto. O Conselho questionou o poder do Reitor para demitir os funcionários. O pedido de intervenção foi repudiado pela comunidade universitária, através de suas entidades representativas, pela Câmara Municipal de São Carlos e pela ANDES, que protestou através de nota oficial.

Na audiência do último dia 5 no MEC, representantes da Associação de Docentes da UFSCar obtiveram do ministro Bornhausen a garantia de que a intervenção não se consumará. Os professores apresentaram, ainda, ao secretário da SESu, Paulo Elpídio de Menezes, pedido de alteração da composição do Conselho de Curadores, de modo a garantir a representação docente naquele colegiado (assegurada pela Lei nº 5.540), e que sua atribuição passe a ser tão-somente a de fiscalização econômica e financeira da instituição. O MEC ficou de estudar juridicamente a questão.

"CONSTITUINTE E CONSTITUIÇÃO"

O Conselho de Extensão da UFMG está promovendo o Seminário "Constituinte e Constituição", para professores, alunos e funcionários da UFMG. O seminário será de 18 a 21 e de 25 a 27 de agosto, em local a ser ainda definido. A promoção é parte do "Projeto Constituinte", coordenado pelo prof. Edgard Amorim, desenvolvido pela UFMG, através do Conselho de Extensão.

ASSISTÊNCIA JURÍDICA

As consultas com o advogado que presta assistência jurídica aos associados da APUBH, prof. João Batista de Oliveira Filho, podem ser feitas pelos telefones 226-4697 – 226-4455 e 224-0670, de 9 às 12h, às segundas e sextas-feiras. Caso o associado decida mover alguma causa através do escritório daquele advogado, deverá antes passar na sede da APUBH, para apanhar uma carta de encaminhamento que comprove o seu vínculo com a entidade.

CPPD

Os novos representantes do Reitor na Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) são a professora Maria Ceres Pimenta Spínola de Castro, da FAFICH, e o professor Humberto Coelho de Carvalho, do ICB. A primeira como titular, o segundo como suplente.



AS CONQUISTAS DA REDE ESTADUAL DE ENSINO

Os professores da rede estadual de ensino realizaram no dia 11 passado, 23º dia de greve da categoria, ato público que reuniu na praça Sete cerca de sete mil pessoas. Os professores iniciaram o movimento reivindicando ao governo, principalmente, o estabelecimento de um piso salarial de três salários-mínimos (um professor P1 recebe hoje Cz$1.246,60) e eleição direta para os cargos de diretor e vice, reivindicações atendidas após várias rodadas de negociação.

No último dia 10, a comissão de negociação do magistério e o governo chegaram a um acordo quanto à questão da reposição de aulas. Foi acertado que será mantido o calendário escolar da Secretaria de Educação. O primeiro semestre termina a quatro de julho e o segundo em 19 de dezembro.

A implantação do piso salarial será em quatro etapas: a primeira, retroativa a maio estabelece o salário de professor efetivo P1 em 2 salários mínimos e a última, completando os 3 salários-mínimos será concedida em junho de 1987.

Em seguida ao ato público, os professores realizaram assembléia geral, que só não decidiu pelo fim da greve para que assembléias regionais e municipais pudessem avaliar melhor a proposta governamental.

A rede estadual de ensino compreende cerca de 180 mil professores em todo o Estado, sendo que 20 mil deles lecionam em Belo Horizonte. Segundo o comando de greve, 95% dos professores pararam. A APUBH encaminhou ao governador Hélio Garcia, no dia 10, telegrama manifestando apoio aos grevistas e exigindo atendimento imediato das suas reivindicações. A entidade esteve também presente ao ato público.

XIII CONAD SERÁ EM SÃO PAULO

Representantes das Associações de Docentes filiadas à ANDES estarão se encontrando em São Paulo, de 20 a 23 de junho, para a realização do XIII Conselho Nacional das ADs – CONAD. O encontro será no Campus Marquês de Paranaguá, da PUC-SP. Durante a abertura do encontro, será empossada a nova diretoria da ANDES, presidida pelo prof. Newton Lima Neto.

Constam da pauta do CONAD os seguintes pontos: 1) Conjuntura Nacional e Movimento Docente; 2) Reestruturação da Universidade; 3) Questões Setoriais; 4) Questões Organizativas.

Constituinte

A discussão de "Conjuntura Nacional e Movimento Docente", terá como um de seus principais temas a Constituinte, com enfoque para os seguintes pontos: a participação dos docentes no processo eleitoral de 15 de novembro; a dinâmica da elaboração das propostas para o Congresso Constituinte e o conteúdo destas propostas. Com relação ao primeiro item, a ANDES participa, juntamente com entidades da sociedade civil, da elaboração de um projeto coibindo a influência do poder econômico nas campanhas eleitorais. Quanto ao segundo item, a entidade está empenhada, juntamente com o Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte, em encaminhar propostas àquele Congresso, através de deputados engajados nas causas populares. Com relação ao conteúdo das propostas, a Proposta da ANDES e das ADs para a Universidade Brasileira, a posição da entidade em relação à aplicação da emenda João Calmon e às verbas públicas para a Educação, dentre outras, são contribuições que deverão ser levadas em conta.

EXPEDIENTE

Publicação da Associação dos Professores Universitários de Belo Horizonte
Endereço: Rua Carangola, 288 - salas 4/5 - Fone: 223-9504.

Redação e Edição:
Francisco Mendes - SJPMG - 2.237